

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

APARECIDA SUIANE BATISTA ESTEVAM

**INCLUSÃO EM PAUTA: A RELEVÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO (AEE) NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE PAU
DOS FERROS/RN**

**MOSSORÓ
2024**

APARECIDA SUIANE BATISTA ESTEVAM

**INCLUSÃO EM PAUTA: A RELEVÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO (AEE) NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE PAU
DOS FERROS/RN**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialista em Atendimento Educacional Especializado.

Orientadora: Professora Dra. Franceliza Monteiro da Silva Dantas

MOSSORÓ
2024

INCLUSÃO EM PAUTA: A RELEVÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE PAU DOS FERROS/RN

Aparecida Suiane Batista Estevam¹

Profa. Dra. Franceliza Monteiro da Silva Dantas²

Resumo: O presente estudo apresenta discussões no âmbito da inclusão, mais precisamente, acerca do trabalho desenvolvido pelo professor em uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Parte do pressuposto de que a educação de qualidade é um direito de todos e que o processo de inclusão é indispensável para a concretização deste direito. Assim, o trabalho objetiva de forma geral, investigar os principais desafios encontrados pelo professor de AEE de uma escola pública do município de Pau dos Ferros/RN em seu trabalho. A pesquisa se configura como sendo de abordagem qualitativa, do tipo de campo; utiliza como técnica para a coleta de dados o questionário em formato Word; baseia-se em autores como Mantoan (2015); Lustosa; Figueiredo (2021); Chagas (2017) que discutem sobre conceitos importantes, como inclusão, integração, AEE, papel da escola e do professor na efetivação de uma educação inclusiva e de qualidade. Consideramos, a partir das discussões realizadas que muitos são os desafios enfrentados pelos professores no que diz respeito a efetivação do processo inclusivo; que a formação docente ainda é uma fragilidade a ser superada; e que o trabalho na sala de AEE é indispensável para construir conhecimentos significativos. Portanto, este trabalho contribui com a ampliação das discussões no âmbito da inclusão e da relevância do AEE para a transformação de realidades.

Palavras-Chave: Inclusão. Desafios. Atendimento Educacional Especializado.

Abstract: This study discusses inclusion, specifically the work carried out by teachers in a Specialised Educational Assistance (AEE) room. It is based on the assumption that quality education is everyone's right and that the process of inclusion is indispensable for realising this right. The aim of this study is to investigate the main challenges faced by ESA teachers at a public school in the municipality of Pau dos Ferros/RN. The research has a qualitative approach, of the field type; it uses a questionnaire in Word format as a data collection technique; it is based on authors such as Mantoan (2015); Lustosa; Figueiredo (2021); Chagas (2017) who discuss important concepts such as inclusion, integration, ESA, the role of the school and the teacher in making inclusive and quality education effective. Based on the discussions held, we believe that there are many challenges faced by teachers in terms of making the inclusive process a reality; that teacher training is still a weakness to be overcome; and that working in the ESA classroom is indispensable for building meaningful knowledge. Therefore, this work contributes to broadening discussions in the field of inclusion and the relevance of SEL for transforming realities.

Key words: Inclusion. Challenges. Specialised Educational Assistance.

¹ Mestra em Ensino pelo Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGE) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Graduada em Pedagogia pela UERN. E-mail: suianebatista@gmail.com

² Doutora em Estudos da Linguagem pelo PPGE/UFRN; Mestra em Ensino de Ciências e Matemática pelo PROFMAT/UFRN; Especialista em Psicopedagogia pela UVA/FVJ; Graduada em Letras pela UERN e Professora do PROFMAT/UFERSA; e-mail: francedantas@ufersa.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 aponta em seu Art. 205 que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família em colaboração com a sociedade. Sendo assim, conforme aponta a legislação, todos, indistintamente, têm direito à educação e a uma educação de qualidade. Em fase disso, a escola, enquanto instituição social tem a responsabilidade de formar integralmente os sujeitos, para que assim, exerçam sua cidadania de forma plena, crítica e consciente. No entanto, apesar dos avanços envolvendo o processo educacional, a escola ainda enfrenta inúmeros desafios, sobretudo, no que diz respeito à inclusão.

Quando falamos em inclusão estamos nos referindo a um processo radical, que questiona os paradigmas estabelecidos e coloca todos os alunos para frequentar o mesmo espaço de aprendizagem, isto é, não segrega e/ou separa aqueles que possuem alguma deficiência dos demais. Assim, no ato de incluir, ninguém fica de fora e o direito inalienável dos estudantes de terem uma educação de qualidade passa a ser garantido, pois toda a comunidade escolar é convidada a colaborar e a buscar mecanismos para desenvolver um trabalho coletivo (Mantoan, 2015).

Considerando, portanto, que a escola precisa atender os princípios da Constituição Federal e das normativas que regulamentam a educação, citamos a relevância da Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva que foi criada em 2008, a fim de dar suporte para um atendimento especializado com o objetivo de minimizar os desafios enfrentados pelos profissionais da educação e contribuir com o desenvolvimento dos estudantes. Além disso, tal política aponta a Educação Especial como uma modalidade da educação que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como uma das garantias a serem efetivadas.

Dessa forma, destacamos o AEE como uma das principais conquistas alcançadas no âmbito da Educação Inclusiva, pois visa atender um público específico, de modo a não segregar, mas fazê-lo avançar no desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e competências, sem retirá-lo da sala regular e do convívio dos colegas.

Sendo assim, acreditamos que a participação de todos os profissionais da educação é indispensável para a efetivação da inclusão, mas, geralmente, as reflexões acerca dos desafios e possibilidades para a transformação do ensino parte do professor e é por esse motivo que intencionamos discutir acerca das problemáticas, mas também das estratégias encontradas

pelo professor atuante do AEE, para oportunizar uma aprendizagem que tenha significado para o aluno, sem deixar de levar em consideração suas necessidades e especificidades.

Destarte, a fim de fomentar discussões no âmbito da educação inclusiva a partir de experiências vivenciadas no chão da sala de AEE de uma escola pública do município de Pau dos Ferros/RN, fundamentamo-nos, teoricamente, em autores como Mantoan (2015); Lustosa; Figueiredo (2021); Chagas (2017) que discutem sobre o processo de inclusão e a diferença existente entre integração/inclusão; o papel da escola e do professor para a efetivação de uma prática pedagógica inclusiva; as estratégias que favorecem uma aprendizagem construída de forma cooperativa e colaborativa, dentre outros aspectos. Além disso, buscamos embasamento nos documentos e normativas gerais que regulamentam a Educação Especial e o AEE, por exemplo.

Diante do exposto, temos como questão-problema: *quais são os principais encontrados pelo professor de AEE de uma escola pública do município de Pau dos Ferros/RN em seu trabalho?* A fim de responder a esta inquietação, elencamos como objetivo geral: Investigar os principais desafios encontrados pelo professor de AEE de uma escola pública do município de Pau dos Ferros/RN em seu trabalho. Como objetivos específicos elucidamos: *i) Compreender como ocorre o trabalho do professor de AEE em uma escola pública de Pau dos Ferros/RN; ii) Identificar os principais desafios encontrados pelo professor de AEE na realização de suas atividades.*

Por conseguinte, é válido ressaltarmos que a problemática em questão surge, a princípio, nas angústias enquanto professora da Educação Básica, quando nos deparamos com realidades complexas e que demandam conhecimentos específicos acerca das diferentes deficiências e/ou transtornos globais do desenvolvimento para melhor colaborar com a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Além disso, as discussões proporcionadas ao longo do curso de especialização em Atendimento Educacional Especializado/ UFRSA nos permitiram refletir o quanto precisamos nos capacitar para esta oferta da educação de qualidade numa perspectiva inclusiva, pois só assim estaremos contribuindo com a transformação de vidas.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é movida pela curiosidade, pelo desejo de conhecer, de identificar a causa de determinadas situações e buscar respostas para as indagações que surgem ao longo do percurso. Conforme aponta Freire (1997, p. 32) “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem

ensino [...]. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”. Isto é, o ato de investigar nos faz agir, seja para descobrir algo novo ou para gerar novas dúvidas referente ao problema investigado, no entanto, seja qual for o resultado, haverá uma intervenção, uma resignificação na rota traçada.

Em vista disso, o presente trabalho configura-se como sendo de abordagem qualitativa, dado que,

[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes e é entendido como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (Minayo, 2009, p. 21).

Neste tipo de abordagem, enquadram-se os estudos que dialogam com as subjetividades dos sujeitos, com os sentidos que estes dão as suas vivências, logo não se restringe a quantificação dos dados. Dessa forma, ao intencionarmos investigar a partir da visão de um professor que atua no AEE sobre os desafios e possibilidades encontradas em sua experiência profissional, não nos preocupamos em obter respostas diretas e possíveis de serem analisadas com base na quantificação, mas trabalhamos com os significados, valores e atitudes que envolvem esta prática e o quanto isso implica direto ou indiretamente na educação ofertada pelo profissional.

Quanto aos objetivos, classificamos a pesquisa como sendo explicativa, pois é a “[...] que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas [...]” (Gil, 2008, p. 28), ou seja, não se limita a descrever os fatos, mas busca apresentá-los de modo a questioná-los e analisá-los a fim compreendê-los para construir novos argumentos e hipóteses.

No que se refere aos procedimentos técnicos para a coleta de dados, realizamos um levantamento bibliográfico e, posteriormente, a pesquisa de campo, essa por sua vez, se restringiu a aplicação de um questionário no formato digital. Segundo Gil (2008) o levantamento de referenciais bibliográficos é indispensável para a fundamentação de todo estudo e podem ser encontrados nas mais diversas fontes, a saber: livros, artigos publicados em periódicos, revistas, arquivos históricos, leis, dentre outros.

Em vista disso, a fim de fundamentar o presente trabalho, buscamos respaldo teórico em autores como: Mantoan (2015); Lustosa; Figueiredo (2021); Chagas (2017) que discutem

sobre conceitos importantes, como inclusão, integração, AEE, papel da escola e do professor na efetivação de uma educação inclusiva e de qualidade, relevância de uma formação adequada para a realização de um trabalho significativo que oportunize o desenvolvimento equitativo das habilidades e competências dos alunos e apontamentos acerca das estratégias que favoreçam a construção do conhecimento de forma coletiva e colaborativa.

Sobre a pesquisa de campo, Gonçalves (2001, p. 67) afirma que é “[...] o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada [...]”, logo, precisa ir a campo para dialogar com os sujeitos, os seus espaços, buscando interpretar o que se encontra nas entrelinhas. Além disso, esse tipo de pesquisa diminui a distância entre o pesquisador e sujeito/colaborador a partir das técnicas que favorecem o diálogo e/ou observação dos fatos, mas também provoca uma interação entre os atores do estudo investigativo, o que pode resultar em contribuições valorosas para as pesquisas científicas e sociais (Minayo, 2009). Diante do exposto, consideramos que a nossa pesquisa se adequa a este tipo porque intenciona conhecer e refletir sobre os desafios e possibilidades encontradas pelo professor de AEE no desenvolvimento do seu trabalho na visão do profissional, logo, estaremos ouvindo as angústias e anseios daquele que está diariamente no chão da sala de AEE.

Para tanto, tal contato com o sujeito da pesquisa se deu através da aplicação do questionário, técnica selecionada para a coleta dos dados empíricos. De acordo com Gil (1999, p. 128) o questionário é uma “[...] técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentado por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.”. Logo, tal técnica contribuiu para conhecer as vivências do professor, bem como, sua concepção de inclusão e experiência no AEE.

Sendo assim, o questionário foi dividido em duas seções, sendo a primeira de caracterização do profissional quanto ao seu perfil pessoal, acadêmico e profissional com perguntas, em sua maioria, fechadas, objetivas. E a segunda seção constituiu-se por questões predominantemente abertas, subjetivas. O questionário foi enviado para o professor em formato de *Word* via *WhatsApp*, pois se configurou em uma forma mais acessível e prática para o professor responder.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS E DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Sabendo que a escola é instituição social responsável pela formação integral dos sujeitos e que desenvolvem práticas que colaboram para a construção de uma sociedade

melhor é que realizamos o nosso estudo na *Escola Municipal Esperança do Saber*, e mais especificamente na sala de AEE. A instituição é da rede municipal de ensino e está localizada na zona urbana do município de Pau dos Ferros/RN, atendendo o público de alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. É válido ressaltar que o nome da escola é fictício e foi escolhido pela pesquisadora para garantir o anonimato da instituição. Já o professor, sujeito/colaborador da pesquisa é professor da sala de AEE da escola citada, assim, a fim de preservar a sua identidade o nomeamos de “Jósé”. Abaixo sintetizamos as principais informações acerca do professor:

Quadro 1- Caracterização do professor colaborador da pesquisa

Professor	Faixa-etária	Escolaridade	Vínculo empregatício	Período de atuação na escola
José	31 a 40 anos	Graduação em Letras. Especialização em Educação Especial e Mestrado em Letras.	Rede estadual e municipal de ensino – Efetivo	6 meses

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no questionário do professor

Como podemos observar nas informações sintetizadas no quadro acima, o professor possui nível superior completo e pós-graduação em nível *stricto sensu* e sua atuação na escola, na sala de AEE ainda é recente. Tais dados nos ajudaram a compreender melhor os desafios e perspectivas mencionadas pelo professor em suas respostas, dado que, apesar de sua formação inicial não o preparar para atuar na sala de AEE, o mesmo se aperfeiçoou a partir da especialização em Educação Especial, o que sinaliza desejo em aprender para desenvolver um trabalho contextualizado e de significado.

Portanto, em síntese, a escolha deste lócus e do sujeito de pesquisa se justifica devido a existência e o funcionamento regular da sala de AEE na escola, bem como, possuir um professor efetivo com especialização em Educação Especial em pleno exercício.

3 INCLUSÃO E AEE: UM DIREITO CONSTITUÍDO

A educação tem se constituído palco de inúmeras discussões no campo político, acadêmico e social, dado que quando bem desenvolvida, pode contribuir significativamente com a transformação da sociedade. Historicamente, o processo educacional no Brasil se reduziu em uma perspectiva tradicional, cujo ensino é baseado na transferência de

informações pelo professor e em uma aprendizagem meramente repetitiva e isso, implícito ou explicitamente reflete no processo de inclusão ou exclusão dos sujeitos aprendizes. Neste contexto, a escola possuía a racionalidade como base “epistemológica” para referendar o ensino tradicional, engessado em grades curriculares isolados e em burocracias (Mantoan, 2003).

No entanto, sabendo que a educação é um direito constituído e que se faz necessário a participação de todos no processo de aprendizagem, a inclusão surge como uma alternativa para romper com este modelo mecânico e restrito de educação, no qual a escola incorpora o seu papel de formadora, emancipadora, capaz de enxergar na diversidade, uma possibilidade para transformar as aprendizagens valorizando as especificidades e necessidades dos educandos.

Segundo Lustosa e Figueiredo (2021)

[...] a escola deve desenvolver um currículo escolar que se apoie nas diferenças culturais, sociais e pessoais dos estudantes; ser uma escola atraente, justa e livre de preconceitos; seus professores hão de nutrir expectativas positivas quanto à realização acadêmica e social de todos os estudantes; quanto à avaliação de seu progresso acadêmico que seja abrangente e que valorize seus talentos e potencial de aprendizagem; ampla gama de serviços de apoio, que atendam às suas necessidades individuais (Lustosa; Figueiredo, 2021, p. 73)

A instituição escolar deverá, portanto, ser um espaço transformador, que busca promover um processo de ensino-aprendizagem capaz de formar os seus alunos para a vida à medida que parte da realidade em que eles estão inseridos e possibilitam estratégias que valoriza as suas potencialidades e supera suas dificuldades.

Dessa forma, podemos afirmar que a escola deve promover a inclusão e não a integração dos alunos com deficiência nas salas de aulas. Apesar de serem tratadas como sinônimas, essas palavras diferem na conceituação, pois na integração ocorre uma seleção prévia dos alunos que estão “aptos” para serem no ambiente escolar e na inclusão os alunos são inseridos de forma radical, completa, no qual todos, sem exceção, passam a frequentar todos os espaços escolares, sem segregação/separação/distinção, isto é, não são apenas os alunos com deficiência que são atingidos por esta perspectiva inclusiva, mas toda a comunidade escolar, dado que todos os atores que nela estão inseridos buscam estratégias para oferecer a melhor experiência formativa a todos os educandos (Mantoan, 2003).

Diante disso, compreendemos que “Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras”

(Mantoan, 2003, p. 30). Aparentemente é um desejo utópico, mas configura-se uma necessidade, um direito legítimo para o pleno desenvolvimento humano, e o ato de incluir é o caminho para construirmos uma sociedade pautada em valores como o respeito e a igualdade.

Neste contexto, sabendo que o processo educacional e mais especificamente a inclusão, estão respaldados juridicamente, apontamos de forma resumida alguns dos principais documentos que apontam esta educação inclusiva como um direito e necessidade de todos. A Constituição Federal aponta a educação de qualidade como um direito de todos. Tal garantia deve ofertar uma formação plena aos indivíduos, isto é, o mesmo deve desenvolver habilidades e competências que favoreçam uma boa qualificação para atuar no mercado de trabalho e o exercício pleno da cidadania (Brasil, 1988).

Tal apontamento nos permite compreender que a escola, enquanto instituição social, precisa ser inclusiva e para isso “[...] é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças” (Mantoan, 2003, p. 14). Se faz necessário, pois, romper com o paradigma tradicional e investir em um espaço escolar transformador.

No que se refere ao respeito as diferenças e a inclusão de todos nas salas de ensino regular, citamos como fatos importantes numa esfera mundial: a Declaração Mundial de Educação para Todos em 1990 cujo objetivo maior era universalizar o acesso à educação e promover a equidade, a Declaração de Salamanca em 1994 que intencionou construir diretrizes para a construção e/ou reformas de políticas educacionais que envolvessem a inclusão social, a Convenção da Guatemala em 1999 que objetivou a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência (Lustosa; Figueiredo, 2021).

Tal contexto internacional, refletiu na criação/reformulação das leis e diretrizes brasileiras. Dentre elas citamos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) que passaram a garantir expressamente a educação como um direito e a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, como um princípio. A última lei citada, aponta ainda, a Educação Especial como uma modalidade da educação que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação. Em face disso, compreendemos que começa a haver uma preocupação em garantir às pessoas com deficiência, o direito à escolarização em uma sala regular de ensino.

Nesta perspectiva, um outro ganho para a implementação de uma educação inclusiva foi a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que pontua a necessidade e a relevância de se criar estratégias e suportes para o Atendimento

Educacional Especializado a fim de minimizar as barreiras que impedem os alunos com deficiência de se desenvolverem plenamente.

Tal política tem como objetivo maior, promover “[...] o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais [...]” (Brasil, 2008, p. 8). Ou seja, a política não se limita a integração dos alunos com deficiência, mas intenciona incluí-los, fazê-los sujeitos ativos, participativos, autônomos e capazes de se posicionarem frente as diferentes realidades, bem como, visa orientar os sistemas de ensino para pensarem em alternativas que visem responder as demandas existentes.

Além disso, a Política Nacional de Educação Especial aponta que o Atendimento Educacional Especializado tem como função:

[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas autonomia e independência na escola e fora dela (Brasil, 2008, p. 10).

O AEE não se substitui, portanto, o ensino na sala de aula regular, mas complementa-o, dando ao educando o direito de vivenciá-lo no contraturno. Sobre isso Lustosa e Figueiredo (2021, p. 63) afirmam que “O AEE objetiva apoiar, complementar ou suplementar os serviços educacionais da escola comum. Esse atendimento deve ser realizado no período inverso ao da classe comum e ofertado preferencialmente na própria escola”. Tal vivência diferencia-se das atividades realizadas na sala comum, pois as necessidades e dificuldades dos educandos são trabalhadas de forma específica para que estes as superem e suas potencialidades sejam reforçadas, o que resulta em maior autonomia dentro e fora do ambiente escolar.

Nesta perspectiva, para que este trabalho do AEE que tem como público-alvo, alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação (Brasil, 2009) venha ser desenvolvido qualitativamente, a Resolução N° 04 de Outubro de 2009 aponta que o atendimento especializado deve ocorrer prioritariamente na sala de recursos multifuncionais da escola no turno inverso da escolarização e deve ocorrer a partir da sistematização de um plano de trabalho “[...] identifique as necessidades educacionais específicas dos alunos, defina os recursos necessários e

as atividades a serem desenvolvidas [...]” (Chagas, 2017, p. 8). Isto é, precisa haver planejamento, organização e sistematização, de modo que as peculiaridades dos educandos sejam atendidas.

Em vista disso,

[...] o Ministério da Educação – MEC, realiza o programa de implantação de salas de recursos multifuncionais, para prestar Atendimento Educacional Especializado de forma complementar e suplementar, aos alunos que constituem o público-alvo da Educação Especial, matriculados na rede pública de ensino (Bedaque, 2015, p. 20).

Acreditamos que a implementação das Salas de Recursos Multifuncionais pelo MEC surge como uma proposta para garantir aos alunos com deficiência o direito de ser incluído nas salas de aula comum e de terem um atendimento especializado com vistas a superação de suas dificuldades e ampliação de seus conhecimentos na sala de recursos, rompendo assim, com a perspectiva de exclusão ou separação destes alunos em salas “especiais”.

Segundo Chagas (2017, p. 8) “[...] esta sala possibilita o desenvolvimento da inclusão na escola, disponibilizando recursos e apoio pedagógico para o atendimento às especificidades educacionais dos estudantes público alvo da educação especial matriculados no ensino regular [...]”. A Sala de Recursos, favorece ao público por ela atendido, um olhar direcionado as suas dificuldades, para que estas sejam superadas, mas também oportuniza um diálogo mais próximo com o professor de AEE, para que este, possa traçar estratégias que favoreçam melhor interação entre os alunos e maior autonomia e independência na realização das tarefas pelos mesmos. Além disso, a sala equipada com materiais, instrumentos e móveis adequados favorecem uma melhor aprendizagem aos alunos, o que pode contribuir até mesmo para a elevação de sua autoestima, quando se veem realizando tarefas que antes, sem a mediação com o material adequado, não faziam.

Nesta perspectiva, sabemos que para a prática pedagógica inclusiva ser uma realidade nas escolas, todos os atores desta instituição devem se envolver e colaborar, sobretudo, o professor que é o profissional que atua diária e diretamente com os alunos. Assim, este profissional da educação deve ter passado por uma formação que lhe dê subsídios para lidar com a diversidade existente em uma sala de aula.

Lustosa e Figueiredo (2021) afirmam que, no que se trata da formação dos professores para a realização de um trabalho pautado na inclusão, alguns pontos importantes precisam ser abordados, a saber:

1. Oferecer subsídios teóricos e práticos que colaborem para a formulação de saberes e práticas pedagógicas de atenção à diferença – paradigma da inclusão –,

possibilitando ao professor, uma reflexão sobre os processos de ensino e de aprendizagem e de suas práticas educativas.

2. Discutir a dinâmica da organização e da gestão do trabalho pedagógico em sala de aula, bem como práticas de intervenções relacionadas à aprendizagem de seus estudantes na sala de aula.

3. Fortalecer a atuação do docente, por meio da apropriação dos conhecimentos relativos à aprendizagem do estudante.

4. Compreender a gestão e a organização da sala de aula inclusiva - articulação entre as dimensões do espaço físico, do tempo e das interações na rotina da aula para o atendimento a todos os estudantes (Lustosa; Figueiredo, 2021, p. 76).

Isto é, para que a inclusão seja uma realidade, a formação de professores deve oportunizar a construção de saberes teórico-práticos acerca das diferenças, fazendo com que haja uma reflexão e modificação, se necessário, na forma em que se oferta o ensino e que se constrói a aprendizagem dos alunos; problematizar o modo como o trabalho pedagógico da sala de aula está organizado, se de modo a superar ou reforçar a exclusão; fortalecer o trabalho do professor na perspectiva, de que o mesmo se aproprie dos conhecimentos teóricos e reconfigure sua prática pedagógica e entender a organização da sala de aula como um espaço de construção conhecimento, e não apenas de repasse de informações, e que para isso, se faz necessário que as cadeiras estejam dispostas de modo a favorecer o diálogo, a interação entre os alunos e alunos-professor, o tempo das atividades sejam suficientes para haver troca de saberes entre os alunos e que seja possível de serem executadas.

Sabendo da relevância da formação dos professores, no geral, para um trabalho efetivo e de qualidade no âmbito da educação, consideramos importante destacar que a Resolução Nº 04 de Outubro de 2009 em seu Art. 12, aponta que para atuar no AEE, “[...] o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial” (Brasil, 2009, p. 3). Isto é, não se trata de qualquer formação, faz-se necessário ter um curso superior ou uma formação que o habilite ao exercício da docência, além de uma formação específica para a Educação Especial.

Tal exigência dialoga com o explicitado pelas autoras Lustosa e Figueiredo (2021) quando afirmam a necessidade de subsídios para teóricos e práticos que favoreçam o desenvolvimento de práticas contextualizadas e significativas a partir das necessidades dos alunos.

No entanto, para implementar na prática este direito constitucionalmente adquirido, que é a educação de qualidade (e inclusiva), a comunidade escolar enfrenta muitos desafios. De acordo com Mantoan (2021) a existência de barreiras arquitetônicas, inadequação dos espaços e equipamentos escolares, fragmentação do currículo, limitação no âmbito de formação inicial e continuada dos professores, centralização da gestão administrativa e

pedagógica, fragilidade no planejamento, dentre outros, configuram-se como barreiras que dificultam a efetivação da educação inclusiva.

Portanto, apesar de muito já ter sido alcançado no que diz respeito a criação de políticas públicas que contribuam com um processo de ensino-aprendizagem que preze pelo respeito a diferença, a diversidade, muitos entraves ainda se levantam, principalmente quando voltamos o olhar para as práticas desenvolvidas nas salas de aula.

Sendo assim, é esta realidade que nos move e que suscita, inicialmente, o interesse em investigar, a partir da visão de um professor de AEE, os desafios encontrados no cotidiano do seu trabalho, sobretudo, por compreendermos a relevância da Sala de Recursos Multifuncionais para o pleno desenvolvimento do público-alvo atendido.

4 SALA DE AEE: A EXPERIÊNCIA DE UM PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PAU DOS FERROS/RN

A educação na perspectiva inclusiva rompe com os paradigmas tradicionais, pois não intenciona desenvolver práticas específicas para uma ou outra deficiência, mas os alunos “[...] aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um [...]” (Mantoan, 2003, p. 36). Isto é, não há uma seleção do que o aluno com deficiência pode ou não aprender, mas incluído em todas as atividades, junto com os seus pares, poderá desenvolver-se, caso suas potencialidades sejam exploradas.

Sendo assim, sabendo que a educação de qualidade se faz a partir da efetivação da inclusão que não deixa nenhum aluno de fora, questionamos ao professor colaborador desta pesquisa se a inclusão é importante para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, e o mesmo concordou. Sobre isso pontuou:

Para que ocorra uma educação de qualidade, é de fundamental importância que haja inclusão escolar na prática. Isso porque ela promove a diversidade no ambiente educacional, permitindo que estudantes de diferentes origens, contextos, habilidades, características, dificuldades e deficiências compartilhem experiências e ampliem o leque de aprendizagem. A inclusão no contexto escolar permite que o educando se desenvolva como parte integrante da sociedade e não apenas como mais um número nas estatísticas governamentais (Trecho retirado do questionário, 2024).

No relato do professor, o mesmo enfatiza a diversidade – não apenas no que diz respeito aos aspectos físicos – como uma possibilidade para a vivência de situações enriquecedoras de aprendizagem, permitindo que todos participem e se desenvolvam como

membros autônomos capazes de exercer plenamente sua cidadania. Em vista disso corrobora com as ideias de Lustosa e Figueiredo (2021) que defendem que, independentemente da condição econômica, social ou cultural do aluno, todos precisam de incentivo e estímulo positivo por parte dos professores.

Desse modo, questionamos ao professor José se considera inclusivo, o seu trabalho desenvolvido na sala de AEE e este afirmou:

*A minha experiência no AEE é muito recente, apenas de 6 meses. Nesse curto período, todas as atividades, jogos ou brincadeiras sempre são ou devem ser pensadas e aplicadas de forma inclusiva. Tudo precisa ser adaptado ao nível de aprendizagem ou de acordo com a deficiência apresentada pelo aluno, por isso tudo **sempre** é planejado para que ocorra a inclusão (Trecho retirado do questionário, 2024, grifo do professor).*

Apesar de recente, o profissional atuante no AEE, pelo seu relato, preocupa-se em realizar um planejamento sistematizado e contextualizado com as necessidades e realidade dos alunos. Isto é, as atividades são organizadas de modo a incluir a todos, havendo uma preocupação em minimizar as barreiras que dificultam a aprendizagem ou a interação, sobretudo, dos estudantes com deficiência.

Assim, sendo a articulação com os demais profissionais da escola, a base para a construção de um estudo de caso e posteriormente do Plano de Atendimento Educacional Especializado, ação de responsabilidade do professor de AEE, acreditamos que José cumpre com este papel, à medida que busca identificar as necessidades dos estudantes e incluí-los em todas as atividades.

Dessa forma, sabendo da relevância atribuída ao AEE, questionamos ao professor, como o atendimento especializado poderia contribuir com a melhoria da aprendizagem do público-alvo por ele atendido. Sobre isso, o professor afirmou:

O AEE pode colaborar a partir do momento que objetiva garantir que pessoas com alguma deficiência ou algum tipo de transtorno possam ter acesso à educação diferenciada e especializada de acordo com a necessidade. Assim, elas têm mais chances de serem verdadeiramente incluídas na nossa sociedade por meio de estratégias que possibilitem um aprendizado significativo. Por meio do AEE e da inclusão escolar, é possível minimizar os impactos da discriminação e superar o preconceito [...]. O AEE é um fator indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, segura e plural, com mais acessibilidade e menos barreiras que limitem a participação dessas pessoas na vida em comunidade (Trecho retirado do questionário, 2024, grifo do professor).

A partir do relato de José, que coloca o AEE como um caminho para incluir verdadeiramente as pessoas com alguma deficiência ou transtorno, na sociedade, percebemos

que de fato a sala de recursos oportuniza maior autonomia e qualidade de vida àqueles que dela precisam. Desta forma, esclarecemos que quando o professor menciona *educação diferenciada* de acordo com a necessidade do aluno, o mesmo está se referindo ao “[...] aprender saberes específicos que favoreçam a participação efetiva do aluno nos processos educativos na sala regular [...]” (Bedaque, 2015, p. 41), e isso significa incluir, observar quais são as limitações e os interesses, para desenvolver atividades que venham ampliar o desenvolvimento e a aprendizagem.

Além disso, acreditamos que o valor/importância atribuída ao AEE por parte do professor quando afirma ser esse, um espaço com mais acessibilidade e menos barreiras se dar pelo fato de “Na sala de recursos, professor e aluno encontram um ambiente dotado de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos o que facilita os processos de ensino e aprendizagem na própria escola” (Chagas, 2021, p. 8). Na sala de atendimento especializado, por possuir espaço, material didático e pedagógico e profissional capacitado, atividades direcionadas e diversificadas, o ambiente fica mais propício para a construção de saberes.

Nesta perspectiva, com o intuito de conhecer como ocorre o trabalho na sala de AEE questionamos ao professor como se dava a sua dinâmica de trabalho e o mesmo relatou o seguinte:

Os atendimentos acontecem, geralmente, de forma individual. Em alguns casos, atendo de forma coletiva (de 2 a 4 crianças), dependendo da deficiência ou dificuldade de aprendizagem. Cada atendimento dura em média 50 minutos. [...] O planejamento com a equipe gestora e pedagógica acontece na segunda-feira à noite. É nesse momento que eu elaboro os planos de atendimento, separo o material e penso o que será desenvolvido de acordo com cada realidade e dificuldade do estudante. Percebo que a recepção dos estudantes na sala do AEE é muito satisfatória e tem contribuído para o progresso e desenvolvimento da aprendizagem (Trecho retirado do questionário, grifo do professor, 2024).

No AEE, as atividades desenvolvidas, devem prezar por uma aprendizagem colaborativa e envolta de sentido e significado para o estudante e isso só é possível quando parte de suas necessidades e se efetiva um planejamento colaborativo e participativo envolvendo, não apenas o professor do AEE e o coordenador pedagógico, mas todos os outros professores (Brasil, 2009). O professor *José* aponta que o trabalho desenvolvido tem sido *satisfatório*, e bem recepcionado pelos alunos, logo, inferimos que este trabalho tem feito a diferença na vida dos estudantes.

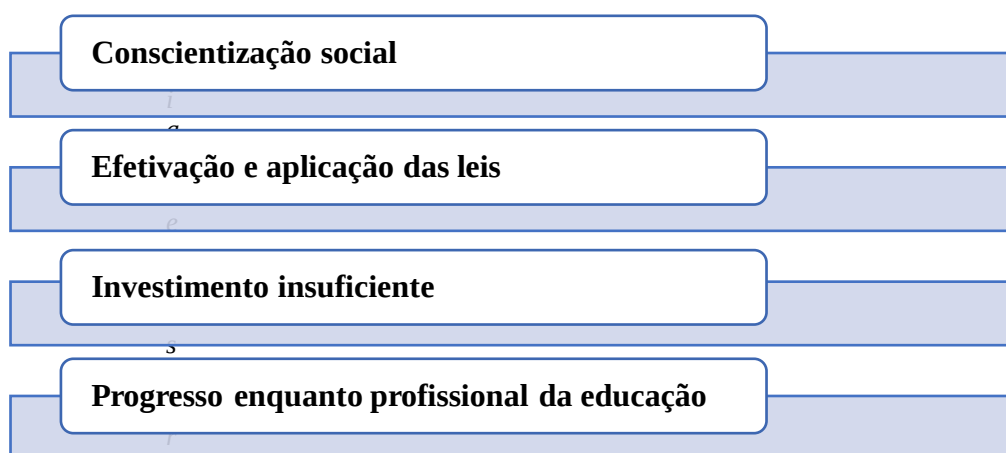
O atendimento coletivo, selecionado como uma forma de trabalhar com os alunos na sala de AEE é uma estratégia valorosa, pois é na interação com o outro que aprendemos e desenvolvemos nossas habilidades e competências, além disso, a experiência do trabalho em

grupo favorece a aprendizagem de saberes como: divisão das responsabilidades; capacidade de liderança; respeito a diversidade dos saberes, talentos; desenvolvimento da cooperação, dentre outros (Mantoan, 2015).

Dessa forma, acreditamos que o professor *José* ao elaborar o seu plano de trabalho e selecionar o material a ser explorado com os alunos na sala de recursos, aproveita significativamente o seu momento de planejamento, pois não se limita a reunião para discutir o conteúdo programático, uma data comemorativa ou ao relato das problemáticas, mas preocupa-se em planejar de fato, as ações semanais cumprindo com a sua responsabilidade social enquanto educador. Portanto, acreditamos que conforme aponta Lustosa e Figueiredo (2021), o planejamento precisa de uma atenção rigorosa, dado que, reflete significativamente na dinamização da prática pedagógica, ou seja, se não houver um bom planejamento, não haverá situações de aprendizagem significativas.

Sabendo, pois, que o planejamento intenciona sistematizar estratégias com o intuito de eliminar as lacunas existentes no trabalho e promover um ensino-aprendizagem significativo é que solicitamos ao professor que relatasse os principais desafios enfrentados, enquanto profissional da sala de AEE, no desenvolvimento de suas atividades. Abaixo sistematizamos os principais pontos relatos pelo profissional de AEE:

Figura 1- Principais desafios encontrados pelo professor na sala de AEE



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no questionário do professor

Supreendentemente, o professor *José* não aponta como principais desafios em seu trabalho, aspectos de ordem estrutural ou de organização administrativa envolvendo falta de acessibilidade e de equipamentos adequados, barreiras arquitetônicas, número excessivo de alunos nos espaços escolares (Lustosa; Figueiredo, 2021) mas questões envolvendo questões

humanas, como por exemplo a *conscientização social*, pois reforça que ainda há muito preconceito e discriminação das pessoas em aceitar as diferenças e necessidade de cada indivíduo. O professor não esclarece por parte de quem é, esta conscientização social, mas inferimos que além da sociedade em geral, ainda há resistência por parte da grande maioria das famílias em compreender a especificidade das suas crianças e isso faz com que retarde um diagnóstico e consequentemente o acompanhamento com a equipe multiprofissional que ajudará no pleno desenvolvimento do sujeito.

Apesar de reconhecer que muitos avanços já aconteceram no que se refere a educação inclusiva, ao pontuar a efetivação das leis que asseguram os direitos das pessoas com deficiência e/ou transtorno ou déficit como um desafio, refere-se aos discursos “romantizados”, no qual o ideal é enaltecido, mas que ainda se distancia muito da realidade em que vivemos. Tal desafio desencadeia a insuficiência nos investimentos que são direcionados para equipar salas, disponibilizar material adequados e investir na formação continuada dos profissionais que atuam junto ao AEE.

O último desafio e pontuado por *José* refere-se à formação continuada, ao seu desejo de aprender para desenvolver um trabalho transformador, capaz de oportunizar mais qualidade de vida para os seus alunos. Assim, quando questionado se a sua formação tinha sido suficiente para preparar-lhe para o trabalho o mesmo afirmou:

A minha formação inicial não foi suficiente para me preparar para o trabalho no AEE, não paguei nenhuma cadeira que abordasse essa temática ou trabalhasse a possibilidade de atendermos alunos com deficiência. Na verdade, a minha área de formação inicial não foi especificamente para atuar no AEE, todo o conhecimento dessa área de atuação se deu por meio de formação continuada.: cursos, especializações e a experiência diária que está sendo adquirida. Além disso, tenho recebido um grande suporte da equipe multiprofissional do município em que atuo. Para enfrentar os desafios e me tornar um profissional relevante para a sociedade, tenho buscado aperfeiçoamento contínuo, novas estratégias e maneiras de oferecer um atendimento digno e transformador para cada estudante.

O professor *José* relata o “déficit” em sua formação inicial, mas enfatiza o aperfeiçoamento e a busca de saberes no processo de formação continuada, seja a partir da vivência de cursos de curta duração, ou na realização de especializações, o que é muito importante, pois todos os dias há inovações para nos apropriarmos e aprendermos para inserir na prática pedagógica.

Segundo Lustosa e Figueiredo (2021), alguns aspectos devem ser enaltecidos quando se fala de formação do professor, por exemplo, subsídio teórico-prático, organização do trabalho pedagógico e da sala de aula. Assim, para um efetivo exercício deve haver uma

formação que dê subsídios teóricos-metodológicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas significativas, bem como, criar espaços de diálogos e compartilhamento de experiências a partir da discussão acerca da organização do trabalho pedagógico, aperfeiçoar a atuação do professor à medida que promove discussões e contato com a prática de sala de aula, favorecendo a reflexão sobre como a sala poderia ser organizada para uma melhor interação entre os sujeitos e como a adaptação e/ou construção de novos materiais didáticos-pedagógicos poderiam ampliar os saberes dos estudantes.

Portanto, consideramos que o professor de AEE do presente estudo reconhece a relevância da formação para o desenvolvimento de um trabalho satisfatório e anseia continuar buscando aprofundamento para ampliar o próprio conhecimento e assim, oportunizar novas aprendizagens aos alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de qualidade é um direito indiscutível e a inclusão é um sonho possível. A existência de leis que garantem, sobretudo, as pessoas com deficiência o direito de ser incluída na escola na sala regular, por exemplo, já se configura como um grande avanço, no entanto, apenas a existência da legislação não é suficiente para assegurar tal demanda, faz-se necessário investimento, avaliação das políticas públicas, fiscalização e principalmente, recapitulação de rotas, de estratégias para fazer dar certo o que ainda não deu.

Desse modo, a partir das discussões aqui desenvolvidas, compreendemos que muitos são os desafios enfrentados pelos professores no que diz respeito a efetivação do processo inclusivo; que a formação docente ainda é uma fragilidade a ser superada; e que o trabalho na sala de AEE é indispensável para promover aprendizagens, superar dificuldades, ampliar conhecimentos, fortalecer os vínculos a partir das interações, desenvolver habilidades e competências a partir das preferências e necessidades dos estudantes e oportunizar a autonomia destes, para que exerçam plenamente a sua cidadania.

Constatamos ainda, que apesar de recente na sala de Atendimento Educacional Especializado, o professor pesquisado reconhece a relevância do trabalho desenvolvido na sala de recursos, bem como, considera a inclusão necessária para o desenvolvimento de uma educação de qualidade; sinaliza que a escola é uma parceira no desenvolvimento das atividades a partir de um planejamento coletivo e participativo; e anseia buscar mais conhecimento a partir da formação continuada para desenvolver seu trabalho com mais

responsabilidade social, a fim de oportunizar aos estudantes uma vida mais digna a partir de experiências significativas.

Portanto, acreditamos que alcançamos os objetivos previamente estabelecidos, e que o trabalho suscita novas investigações, a partir do momento em que problematiza os desafios, poderá também encontrar possibilidades/alternativas para superar os entraves que se erguem diariamente na educação sob uma perspectiva inclusiva. Assim, esperamos contribuir com as reflexões na área de estudo aqui delimitada, seja para pensarmos a relevância das políticas públicas no âmbito da inclusão e formação de professor, seja para conhecer os percalços existentes no percurso rumo a uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Atendimento educacional especializado**. Mossoró, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Resolução nº 4**, de 2 de setembro de 2009.

CHAGAS, Rafaella Pereira. **A docência frente aos desafios e possibilidades de um ensino de qualidade no Atendimento Educacional Especializado**. TCC (Especialização em Atendimento Educacional Especializado) - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

LUSTOSA, Francisca Geny; FIGUEIREDO, Rita Vieira. **Inclusão, o olhar que ensina: a construção de práticas pedagógicas de atenção as diferenças**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.